



Incertezas sobre regulação afugentam investidor

Intenção mal definida do governo de promover mudanças no modelo leva a adiamento de decisões

FERNANDO DANTAS

RIO - Os investimentos estrangeiros diretos estão caindo fortemente neste ano (ver reportagem ao lado), por uma conjunção de fatores. Em relação a alguns deles, como a crise internacional nos setores elétrico e de telecomunicações e o desempenho sofrível das principais economias do mundo - piorado pela guerra -, o governo brasileiro nada pode fazer. Mas há um fator no qual a ação governamental é determinante: a gestão adequada de segmentos altamente regulados - e que trouxeram muito investimento estrangeiro para o Brasil nos últimos anos -, como petróleo e gás, telefonia e telecomunicações e eletricidade.

Para muitos analistas e participantes daqueles setores, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, nos seus três primeiros meses, no mínimo fez muito pouco para criar o ambiente regulatório propício à atração de investimentos.

Para os mais críticos, os investidores já estariam sendo afugentados pela combinação de ataque às agências reguladoras e às cláusulas de reajustes de contratos, por um lado, e pela intenção mal definida de promover grandes 'mudanças de modelo'. É claro que a herança recebida por Lula, especialmente no setor elétrico, já era extremamente problemática. Mas, como diz um importante personagem dos setores altamente regulados no Brasil, "os investidores se preocupam com o futuro, e não com o passado."

O assunto é muito delicado. Reguladores, executivos e representantes empresariais são cautelosos nos seus comentários, pois não querem melindrar o governo petista e acirrar os ânimos. Segundo aquela mesma fonte, "os investidores estão encarando como naturais as atitudes do PT neste início do mandato, já que não se poderia esperar que um governo de esquerda chegasse ao poder e nada acontecesse; até agora, não sinto retração dos investimentos, mas se a atitude atual do governo nessas questões perdurar, certamente eles serão prejudicados."

Energia - Um dos setores altamente regulados mais problemáticos, atualmente, é o elétrico, em boa parte pelas falhas oriundas do governo de Fernando Henrique Cardoso e pela crise e colapso de grandes empresas globais, como a AES e a Enron. O setor vai mal no Brasil, como comprovam não só a inadimplência da Eletropaulo/AES com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mas também o resultado de outras empresas do setor. Na sexta-feira, a Cemig anunciou prejuízo em 2002 de R\$ 1 bilhão.

Neste cenário, a conjunção, por diferentes vozes do governo, de ataque às agências reguladoras, resistência aos critérios de reajuste de tarifas previstos em contratos e a pregação de uma indefinida perspectiva de 'mudança de modelo' naturalmente não contribui para estimular o investimento das empresas do setor que ainda estão de pé. A isso se soma o excesso de oferta de eletricidade, que tende a depreciar o preço da energia.

Claudio Sales, presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), diz que "no setor elétrico, estamos atravessando um momento de incerteza que esperamos será esclarecido virtuosamente, para que o País possa contar com um setor elétrico auto-sustentado e capaz de atrair investimentos". Para ele, os debates em torno do 'novo modelo' têm dois lados: "O negativo é aumentar o nível de incertezas, e o positivo é a perspectiva de que serão feitas as necessárias correções no setor."



Ele se diz "aprensivo" mas esperançoso de que a primeira reunião, no dia 11 de março, entre a ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, e as principais associações do setor tenha sido o início de uma "rotina de trabalho, possivelmente com reuniões semanais, para que os agentes e o Ministério interajam, visando a produzir no mais curto espaço de tempo o elenco de recomendações, normas, padrões, mudanças e correções a serem feitas no setor."

Sales observa que o setor elétrico investiu R\$ 22,6 bilhões desde 1995 e boa parte veio de empresas estrangeiras. Os dados indicam que não haverá falta de oferta de energia até 2007, ele acrescenta, mas dada a longa maturação dos investimentos em eletricidade, seria preciso que os investimentos voltassem já a partir de 2004.

Telefonia - A telefonia ilustra bem os sofisticados dilemas de regulação, segundo um especialista do setor. As principais empresas de telefonia fixa no Brasil - Telefônica, Telemar e Brasil Telecom - estão na lucrativa posição de colher os ganhos com o quase monopólio sobre a "última milha", a ligação entre as centrais de comutação e as residências e outros consumidores finais. Aquelas empresas têm uma inclinação a querer descarregar os aumentos (previstos nos contratos) desproporcionalmente na assinatura básica, em função do domínio sobre a 'última milha' e do fato de que os detentores de linhas resistem a ficar sem telefone. Já o aumento da tarifa do impulso desestimula o uso do telefone e, no caso de troncos telefônicos, a competição é tão forte que elevar o preço pode significar perda de mercado.

O regulador, segundo o especialista, deve agir com muito jogo de cintura naquele tipo de situação, buscando simultaneamente proteger o consumidor dos excessos que as empresas com monopólio natural tendem a perpetrar; garantir a rentabilidade dos negócios; e respeitar os contratos. As agências reguladoras, em teoria, podem alcançar a capacitação técnica e a isenção política para conduzir essa intermediação sofisticada entre consumidor e fornecedor. Já o voluntarismo político tende a desestimular o investidor, sem trazer benefícios para o consumidor.
